

-----Ata número cinco de dois mil e quinze-----

---Ao trigésimo dia do Mês de Novembro do Ano de Dois Mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---**Ponto um:** Período antes da ordem do dia;-----

---**Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea c da Lei 75/2013 de 12 Setembro).-----

---**Ponto três:** Documentos Previsionais para o ano 2016 e propostas anexas (alínea c) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013 de 12 Setembro.-----

- a) **Orçamento Municipal (Receita e Despesa) para o ano de 2016 – Proposta de Aprovação;**
- b) **Grande Opções do Plano (PPI e PAM) para o ano de 2016 – Proposta de Aprovação;**
- c) **Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação**
- d) **Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras – Proposta de Aprovação**
- e) **Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE - Proposta de aprovação;**
- f) **Mapa de Pessoal para o ano 2016 – Proposta de Aprovação**
- g) **Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazo – Tomar Conhecimento**
- h) **Empréstimo a Curto Prazo de 2016**
 - hh) **Autorização para a contratualização de um Empréstimo de Curto Prazo, até ao montante de 250 000, 00 €, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos do art.º 50.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro**
 - ii) **Autorização para a contratualização de um Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016, à entidade Bancaria Banco Santander Totta SA**

---**Ponto quatro:** Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de uma parcela de terreno, sita em Oliveira, com a área de 335m² – Proposta de Aprovação; -----

---**Ponto cinco:** Listagem de todos os Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal em 27/11/2014, ao abrigo da Autorização Genérica, assumidos desde 28/09/2015 – Tomar Conhecimento;-----

---**Ponto seis:** Período aberto ao público;-----
Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e dez minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária, Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Jorge Filipe Portela, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, Francisco Guedes Moreira, António César Vicente Nunes, Pedro Miguel Alves Poças, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Ana Amaral (PS), Joaquim Carvalho Saraiva, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia, Altino de Sousa e Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.), Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (P.S.D) vereadores.-----

Iniciada a sessão, o senhor presidente, após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata número três de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

---**No ponto um,** abertas as inscrições, pediu a palavra o membro Joaquim Saraiva para solicitar esclarecimentos sobre um requerimento entregue em setembro a solicitar informação processual que até à data não foi respondido.-----

---A deputada Teresa Lúcia, no seguimento do repto lançado pelo Sr. Presidente da Assembleia na última sessão, entregou na mesa uma moção sobre a constituição de turmas no Agrupamento de Escolas de Mesão Frio.-----

---O Deputado Carlos Pombo começou a sua intervenção felicitando o Sr. Presidente da Câmara e restante equipa pelas festas Concelhias e também pelo evento de atribuição de medalhas do município a antigos funcionários e a personalidades da sociedade civil que mais contribuíram para o desenvolvimento do Concelho nos últimos anos. O deputado Carlos Pombo continuou a sua intervenção referindo que a bancada do Partido Socialista entende que foi, no mínimo, lamentável o facto de nenhum membro do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, nem nenhum Vereador do mesmo Partido, ter estado presente ou se tivesse feito representar na cerimónia, o que revela falta de cultura e convivência democrática, continuou dizendo que sabe bem que não estamos em ano

de eleições porque se estivéssemos, provavelmente existiriam mais presenças e que a não comparência revela um desrespeito por todos os agraciados.-----

--- O Deputado Joaquim Saraiva solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador Marco Silva para defesa da honra.-----

---A deputada Teresa Lúcio afirmou que não pode falar pelos outros, mas que no seu caso pessoal, existiram impedimentos que impossibilitaram a sua presença e que conhece bem e tem bom relacionamento com os agraciados e estes sabem da consideração, estima e apreço que tem por eles.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia após autorização do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Marco Silva.-----

---O Vereador Marco Silva afirmou que não foi à cerimónia meramente a título pessoal, que não existiu nenhuma decisão partidária sobre a participação no evento, não estando presente porque contrariamente a muita gente não tem memória curta e não quis dar cobertura a uma cerimónia onde se propunham condecorações a pessoas que durante anos foram enxovalhadas quer na sua honra pessoal quer no exercício das suas funções e que, como tem o estômago sensível, recusa-se a participar em eventos de propaganda política e de perfeita hipocrisia.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia efetuou a leitura da moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sobre constituição de turmas no Agrupamento de Escolas de Mesão Frio, pedindo à Assembleia que votasse a sua aceitação na ordem de trabalhos; após efetuada a votação a referida moção recebeu dezanove votos a favor e uma abstenção por parte da Deputada Anabela Marrafa, sendo incluída na ordem de trabalhos.-----

---O Deputado Carlos Pombo referiu que a moção remete para decretos que não conhecemos, o que causa no mínimo alguma preocupação que se esteja a votar um documento que pode conter algum lapso, continuou dizendo que a moção peca pela noção de *timing*, uma vez que esta situação resulta do anterior governo e respetivo Ministério da Educação; em suma, está genericamente de acordo, uma vez que o teor do documento entronca com a posição da Associação de Pais e com a posição da Direção da Escola. Terminou afirmando que, para melhorar, estamos sempre a tempo e que, possivelmente, a referida moção ficaria enriquecida com a anexação da moção da Associação de Pais-----

---O membro Fernando Correia afirmou ser elemento da Associação de Pais e que teve conhecimento da posição da Direção da Escola através de um documento enviado ao

Ministério da Educação, documento este que não obteve qualquer resposta; já em relação à posição da Associação de pais, foi rececionada uma resposta através de um documento onde era referido que tudo iria ser feito e se iriam prestar todos os apoios no sentido de não se prejudicar os alunos.-----

---A Deputada Sílvia Correia interveio dizendo que esta situação dos alunos sempre existiu independentemente da cor dos governos e que nunca existiram tantas crianças a completar seis anos de idade a partir de quinze de Setembro, sendo que, na sua opinião, todas as crianças que completem seis anos de idade até trinta e um de Dezembro teriam o direito de entrar nesse ano letivo.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para responder ao Deputado Joaquim Saraiva dizendo que ainda não possui resposta escrita por parte dos serviços municipais e que a resposta ao requerimento será dada o mais brevemente possível.-----

---Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o referido cumprimentou os presentes e disse que não altera uma vírgula à resposta dada anteriormente, ou seja, que quando quiserem consultar processos podem fazê-lo em qualquer dia e a qualquer hora, existindo documentos nos processos que tecnicamente são impossíveis de ser enviados e que os números referentes à dívida estão sempre a alterar informando que ainda esta semana chegou à Camara mais uma dívida no valor de catorze mil euros referente ao ano de dois mil e sete. -----

---Dirigindo-se à deputada Teresa Lúcio, agradeceu o facto de a Deputada ter abordado o assunto da Educação que, na sua opinião, foi uma área onde o País regrediu dez anos nos últimos quatro, devido ao facto de terem sido adotadas medidas estritamente economicistas.-----

---Em resposta à deputada Sílvia Correia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal mostrou-se plenamente de acordo com as afirmações por esta proferidas e afirmou que a situação seria bem mais grave se o número de crianças fosse o mesmo de há quatro ou cinco anos atrás.-----

---Dirigindo-se ao Deputado Carlos Pombo, agradeceu as suas palavras, referentes à cerimónia de entrega de medalhas, mas referiu que as mesmas são totalmente dirigidas para os homenageados e, não querendo fazer juízos de valor quanto à honra, convidou todos a fazerem uma análise à votação da reunião de Câmara, onde o assunto foi decidido, e às palavras hoje proferidas nesta Assembleia.-----

---Informou toda a Assembleia sobre o arranque do programa CLDS – Contrato Local Desenvolvimento Social e sobre a situação do projeto do Estádio de Futebol,

nomeadamente sobre mais um ofício recebido do Instituto do Desporto, onde o referido Instituto informa da obrigatoriedade da inclusão no projeto de um sistema de lava botas na entrada do balneário, plano contra incêndios e lugares específicos para atletas e público em geral.-----

---O Deputado Joaquim Saraiva afirmou que o grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não concorda com as afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito ao fornecimento dos documentos solicitados, referindo não saber até que ponto não seria ilegal, uma vez que não estão a ser solicitados processos completos mas sim peças específicas ou documentos síntese, sendo que as atividades profissionais dos deputados não permitem que se disponha de tempo disponível para a consulta dos processos junto da Autarquia, referindo ainda que não faz sentido esta má vontade em fornecer a documentação solicitada e que não vislumbra qualquer dificuldade em ultrapassar o solicitado no ofício do Instituto do Desporto.-----

---O Deputado Carlos Pombo afirmou que tem que haver razoabilidade e que a matéria já foi discutida em Assembleia anterior onde, inclusive, foi trazido o processo físico e o mesmo poderia ter sido consultado nessa altura, tendo sido posto à disposição dos Deputados pelo Senhor Presidente da Câmara; continuou referindo que o pedido não é preciso quanto aos documentos solicitados, ou seja, não é concreto, e que a informação disponibilizada ultrapassa em larga medida o que foi solicitado.-----

---O Deputado Joaquim Saraiva afirmou não ser razoável, uma vez que não solicitaram matéria só sobre o estádio de futebol mas sim sobre quatro matérias diferentes e que não é possível estar a analisar um processo durante a Assembleia, tendo sido solicitados os documentos para estudo e posterior debate na Assembleia-----

---**No ponto dois**, o senhor presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre a atividade Municipal, incidindo a sua intervenção na reunião mantida com a Direção do Crédito Agrícola de onde resultou uma renegociação da taxa de juro aplicada ao empréstimo para saneamento financeiro, tendo esta ficado fixada, a partir de janeiro, em dois virgula cinco pontos percentuais, baixando assim um por cento em relação à taxa inicial, permitindo uma poupança anual de cerca de quarenta mil euros anuais, tendo afirmado ainda ser sua intenção continuar a lutar para que a referida taxa baixe ainda mais. No que diz respeito ao relatório financeiro, o Senhor Presidente da Câmara afirmou ser um prazer enorme informar a Assembleia que durante o ano de dois mil e quinze o executivo conseguiu reduzir a dívida em mais de um milhão e cem mil euros e que, no final do ano de dois mil e quinze, a dívida total irá ser inferior a sete

milhões de euros, contrariando assim a opinião de algumas pessoas que duvidavam desta possibilidade; continuou referindo que o feito alcançado é mais relevante se for levado em linha de conta que as despesas com capital permaneceram iguais a dois mil e catorze, que o Município teve que contribuir com quarenta mil euros para o FAM, que aumentaram as despesas com pessoal, fruto do aumento do ordenado mínimo e que existiu uma redução do FEF em função da reposição de subsídios. Informou ainda a Assembleia sobre uma dívida acrescida dos respetivos juros de mora, agora imputada ao Município, relativa à taxa de resíduos do ano dois mil e sete e que não foi paga pelos Autarcas desse ano, acrescentando que já este ano foi paga uma dívida aos advogados do famoso projeto do multiusos.-----

---**No ponto três**, o senhor presidente da Câmara Municipal fez uma apreciação global de todos os documentos em apreciação e votação, começando por referir que se trata de um orçamento de rigor mas de execução garantida e incidiu a sua intervenção sobre as obras a realizar ou a candidatar a quadros comunitários a saber: Obras de beneficiação do saneamento; colocação de eletrificação pública LED em todo o Concelho; início das obras do estádio de futebol; obra do Castro de Cidadelhe; estrada das derruídas; colocação de relvado no multiusos de Vila Marim; parque de estacionamento de Barqueiros; Capela mortuária na sede do Concelho; muro de ampliação do cemitério e ainda participação na compra de veículo de combate a incêndios urbanos para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Quanto às restantes alíneas constantes do documento, o Senhor Presidente da Câmara fez enfoque nos seguintes pontos: no quadro de pessoal para dizer que este não contempla qualquer contratação, na atualização das taxas municipais referindo que quem estipula o aumento é o governo e no empréstimo de curto prazo já aprovado em reunião camarária.-----

---O Deputado Joaquim Saraiva interveio dizendo que acha estranho falar-se sempre na dívida total, que os números são uma ciência que é exata, que este executivo vai para o sexto ano à frente da Câmara e, pelos poucos documentos que conseguiu consultar, herdou uma dívida total de nove milhões de euros e acabou o ano de dois mil e quinze com uma dívida de sete milhões e cem mil euros, e que, se todos os anos se diz que se reduziu à dívida um milhão e cem mil euros, já estaríamos abaixo do endividamento excessivo em contas e aritmética, sendo que, seis vezes um milhão e cem mil euros dá seis milhões e seiscentos mil euros; demonstrou ainda preocupação pelo facto de a Câmara ter contraído um empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro e o diferencial ser praticamente resultante de tudo o que a Câmara vendeu,

pelo facto de a dívida de curto prazo ter aumentado e por não ver investimentos que justifiquem a manutenção da dívida neste estado, sendo este um orçamento de uma associação de festas, sem investimentos de qualidade e, pelo facto de o orçamentado para os gastos com pessoal ser superior em trezentos mil euros para dois mil e dezasseis, ou seja, superior ao herdado em dois mil e nove. Finalizou, dizendo que a aritmética é indesmentível e que podem dizer que a dívida era de doze milhões mas ainda não viu qualquer documento que o justifique.-----

---O Deputado Carlos Pombo referiu que a bancada do Partido Socialista achou piada à leviandade das palavras proferidas, designadamente na questão dos investimentos, e convidou os deputados a analisarem os documentos para constatarem que existiu muito mais investimento nos últimos anos, com menos receita, do que no último mandato com o Partido Social Democrata à frente dos destinos da Autarquia, referindo ainda que se critica de forma leviana as orientações, os investimentos, as políticas prioritárias, etc, deixando uma pergunta, “O que é que a bancada do Partido Social Democrata quer que se faça?”. Acrescentou que é obrigação da bancada, enquanto oposição, contribuir com propostas que enriqueçam os documentos, sendo que todos têm obrigação de contribuir, tendo a bancada do Partido Socialista feito o seu trabalho e contribuído para a elaboração do documento; enquanto oposição, a bancada apresentou, por escrito, propostas concretas, tendo convidado a bancada do Partido Social Democrata a apresentar propostas e a participar na elaboração dos orçamentos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao Deputado Joaquim Saraiva sobre a dívida de curto prazo, referindo que a mesma não existe, que a dívida a fornecedores era, em dois mil e catorze, de oitocentos e cinquenta mil euros e, em dois mil e quinze, é de trezentos e noventa e oito mil euros, afirmando que em dois mil e nove, sem que existisse investimento que justificasse, a dívida aumentou em um milhão e cem mil euros e, não fosse a pesada dívida herdada, o investimento seria muito maior.-

---**a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) para o ano de 2016-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---**b) Grande Opções do Plano (PPI e PAM) para o ano de 2016-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---**c) Relatório da Política Orçamental-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---d) **Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---e) **Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---f) **Mapa de Pessoal para o ano 2016-** Aprovado por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---h 1) **Autorização para a contratualização de um Empréstimo de Curto Prazo, até ao montante de 250 000, 00 €, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos do art.º 50.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro-** Aprovado por unanimidade.-----

---h 2) **Autorização para a contratualização de um Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016, à entidade Bancária Banco Santander Totta SA-** Aprovado por maioria com dezoito votos a favor e duas abstenções dos deputados Bruno Carvalho e Altino Sousa da Bancada do Partido Social Democrata.-----

---**No ponto quatro,** O Senhor Presidente da mesa da Assembleia pôs à votação a desafetação do domínio público para domínio privado do Município de uma parcela de terreno em Oliveira, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade.-----

---**No ponto cinco,** O Senhor Presidente da mesa da Câmara informou a Assembleia sobre todos os Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal em 27/11/2014, ao abrigo da Autorização Genérica, assumidos desde 28/09/2015.-----

---Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta e oito minutos.-----

O Presidente da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luis Miguel Silva Marques)